

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Período findo em 31 de março de 2024**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor
Independente

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE MARÇO DE 2024

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do 1º trimestre, ano de 2024, bem como os Comentários de Desempenho, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de março de 2024.

2) Desempenho do 1º trimestre de 2024

Fontes de Receita

A Companhia reportou no 1º trimestre de 2024 uma receita bruta de R\$ 2,3 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2024 foram superiores ao mesmo período do ano de 2023, que foi de R\$ 0,9 milhões.

Há a perspectiva de recuperação do nível de atividade nos próximos meses do ano em função de um maior esforço comercial na diversificação de clientes, bem como na retomada de cotações para a Petrobras, com o fim das punibilidades havidas em razão da lava Jato.

Algumas expectativas na área metroferroviária também tem se mostrado promissoras no intuito dessa retomada gradual do nível de atividade.

O aumento dessa carteira irá proporcionar a possibilidade de readequação dos padrões de despesas fixas da Companhia, hoje muito superiores em relação ao usual.

Resultado Econômico

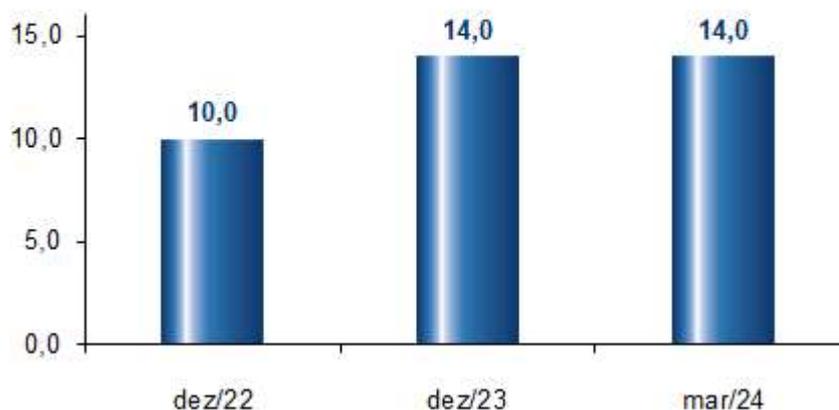
A Companhia apresentou prejuízo acumulado no 1º trimestre de 2024 de R\$ 58,7 milhões, enquanto que no mesmo período de 2023 foi apurado um prejuízo de R\$ 70,5 milhões. Neste trimestre o resultado foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 41,3 milhões, em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e tributária.

A carteira de pedidos apresenta uma estabilização em comparação aos valores de 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado abaixo:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE MARÇO DE 2024

Saldo em Carteira em 2022/2023 e 2024
milhares de R\$



Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Gerencial de 31/03/24 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC.

Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes já foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

Balanço Gerencial

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE MARÇO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Gerencial
ATIVO	31/03/2024	31/03/2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	630	630
Contas a receber de clientes	935	935
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	10.110	10.110
Impostos a recuperar	68.249	68.251
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	2.016	2.016
Total do Ativo Circulante	96.745	96.747
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	861.688
Impostos a recuperar	90.141	316.206
Depósitos judiciais	75.770	75.770
Outros créditos	6.579	1.469.988
Investimentos	233.668	233.668
Imobilizado	125.887	125.887
Intangível	391.552	391.552
Total do Ativo Não Circulante	1.058.284	3.608.758
Total do Ativo	1.155.029	3.705.505

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE MARÇO DE 2024

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
PASSIVO	31/03/2024	31/03/2024
Circulante		
Fornecedores	66.850	66.850
Instituições financeiras	398.678	398.678
Debêntures	16.421	16.421
Obrigações sociais e trabalhistas	155.321	155.321
Obrigações fiscais e tributárias	135.141	135.141
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	37.393	37.393
Títulos a pagar	120.499	120.499
Outras contas a pagar	175.374	175.374
Total do Passivo Circulante	1.109.018	1.109.018
Não Circulante		
Instituições financeiras	216.854	216.854
Debêntures	262.572	262.572
Obrigações fiscais e tributárias	327.839	327.839
Partes relacionadas	131.165	131.165
Tributos diferidos	78.900	940.537
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisões para contingências	180.637	180.637
Provisão passivo a descoberto	12.159	12.159
Outras contas a pagar	1.382	1.382
Total do Passivo Não Circulante	1.228.771	2.090.408
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	3.193	3.193
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	542.626	542.626
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	28.979	28.979
Debêntures perpétuas	236.590	236.590
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.008.099)	(1.319.260)
Ajuste de avaliação patrimonial	819.818	819.818
	(1.185.953)	502.886
Total do Patrimônio Líquido	(1.182.760)	506.079
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.155.029	3.705.505

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE MARÇO DE 2024

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

01- No Balanço Patrimonial de 31/03/24, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço gerencial da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,463 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,530 bilhões, representando 62% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

02- Aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,379 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 62% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R\$ 861 milhões ao longo dos próximos anos.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE MARÇO DE 2024

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/Iesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e, com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço, obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,030 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 100% da dívida exigível para encerramento da Recuperação Judicial, já foi devidamente liquidada, conforme demonstrado abaixo, e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos, bem como buscando recursos para liquidar o saldo dos credores das Classes I e IV, valores estes devidos pós biênio de fiscalização:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE MARÇO DE 2024

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 depositado judicialmente	Em discussão BNDES		R\$ 227,7
Classe III	-			R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 0,0	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

Neste cenário, em 17 de novembro de 2022, o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

A estratégia de manutenção do Leilão das UPI's IPM e IOG se mostrou correta, uma vez que havia um novo interessado, a Euroinvest, com proposta de compra das UPI's por US\$ 153 milhões.

Em dezembro de 2023 o juiz aceitou a proposta do Consórcio comprador, bem como concedeu o prazo requerido pelo Consórcio de 75 dias úteis para o efetivo pagamento.

Da Continuidade das operações

No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos:

- Recompôr a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Finalizar se processo de recadastro junto à Petrobrás;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um casamento entre os passivos e os ativos da companhia;
- Renegociação da dívida junto ao BNDES;
- A monetização de seus ativos judicializados que somam aprox. R\$ 4 bilhões;
- A monetização de outros ativos de sua propriedade.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE MARÇO DE 2024

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste 1º trimestre encerrado em 31 de março de 2024 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller &Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao 1º trimestre findo em 31 de março de 2024 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller& Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Balanco Patrimonial

Período findo em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	56	1.092	630	2.041
Contas a receber de clientes	6	62	62	935	666
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	10.110	10.425
Tributos a recuperar	10	4.375	4.499	68.249	77.272
Dividendos a receber		-	-	14.796	14.796
Despesas Antecipadas	9	-	-	286	314
Outros créditos	11	377	372	1.730	1.559
Total do ativo circulante		4.879	6.034	96.745	107.082
Não circulante					
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	44.121	39.975	90.141	86.169
Depósitos judiciais	30	51.294	51.294	75.770	75.699
Outros créditos	11	-	-	6.579	6.579
Investimentos	12	955.136	566.345	233.668	235.588
Imobilizado	13	71.464	72.204	125.887	129.228
Intangível	14	3	391.516	391.552	391.573
Total do ativo não circulante		1.166.550	1.165.866	1.058.284	1.059.523
Total do ativo		1.171.429	1.171.900	1.155.029	1.166.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial

Período findo em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores		31.141	30.663	66.850	65.079
Instituições financeiras	15	261.053	250.382	398.678	384.950
Debêntures	16	16.421	15.996	16.421	15.996
Obrigações sociais e trabalhistas	31	9.515	8.953	155.321	152.629
Obrigações fiscais e tributárias	17	66.414	65.614	135.141	132.909
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	19	15	30	37.393	36.011
Títulos a pagar		120.499	116.488	120.499	116.488
Outras contas a pagar	24	55.195	58.799	175.374	168.783
Total do passivo circulante		563.570	550.242	1.109.018	1.076.186
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Instituições financeiras	15	216.854	219.954	216.854	219.954
Debêntures	16	262.572	255.192	262.572	255.192
Obrigações fiscais e tributárias	17	179.624	176.849	327.839	322.203
Partes relacionadas	21	292.190	285.788	131.165	127.217
Tributos diferidos	20.1	31.277	31.329	78.900	79.081
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	22	73.744	73.745	180.637	180.637
Provisão passivo à descoberto	23	735.248	706.146	12.159	12.157
Outras contas a pagar	24	-	-	1.382	1.362
Total do passivo não circulante		1.793.812	1.751.306	1.228.771	1.215.066
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora					
Capital social	25 a	542.626	542.625	542.626	542.625
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	25 b	180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	25 c	28.979	28.979	28.979	28.979
Debêntures perpétuas	25 d	236.590	236.591	236.590	236.591
Créditos quirografários a converter	25 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(3.008.099)	(2.952.300)	(3.008.099)	(2.952.300)
Ajuste de avaliação patrimonial	25 f	819.818	820.324	819.818	820.324
		(1.185.953)	(1.129.648)	(1.185.953)	(1.129.648)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	3.193	5.001
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		(1.185.953)	(1.129.648)	(1.182.760)	(1.124.647)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		1.171.429	1.171.900	1.155.029	1.166.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

Período findo em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Acumulado do Atual Período 01/01/2024 a 31/03/2024	Acumulado do Período Anterior 01/01/2023 a 31/03/2023	Acumulado do Atual Período 01/01/2024 a 31/03/2024	Acumulado do Período Anterior 01/01/2023 a 31/03/2023
Receita operacional bruta		-	-	2.325	1.449
Deduções e impostos sobre vendas		-	-	(445)	(165)
Receita operacional líquida	27	-	-	1.880	1.284
Custos dos produtos e serviços		-	-	(3.928)	(2.573)
Lucro bruto		-	-	(2.048)	(1.289)
Receitas [Despesas] operacionais		(35.275)	(33.678)	(19.791)	(8.904)
Despesas com vendas		(4)	(33)	(268)	(281)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(3)	-	-	57
Administrativas e gerais		(3.333)	(3.737)	(7.293)	(8.045)
Provisões para contingências		(221)	-	(80)	-
Outras receitas e despesas operacionais	29	809	(668)	(9.572)	1.783
Resultado da avaliação de investimentos	12	(32.523)	(29.240)	(2.578)	(2.418)
Resultado operacional		(35.275)	(33.678)	(21.839)	(10.193)
Despesas financeiras	28	(26.029)	(36.469)	(41.388)	(61.846)
Receitas financeiras	28	101	495	309	768
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(61.203)	(69.652)	(62.918)	(71.271)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20.2	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	4.198	63	4.151	715
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(57.005)	(69.589)	(58.767)	(70.556)
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores				(57.005)	(69.589)
Participação dos acionistas não controladores				(1.762)	(967)
				(58.767)	(70.556)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício				31.685.622	120.295.218
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício				12.627.232	63.136.160
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$				44.312.854	183.431.378
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$				(1.250,77)	(371,85)
				(1.375,85)	(409,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participação dos não controladores no patr.liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria					Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2023	495.461	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.437.317)	263.503	16.914	23.126	42.205	803.415	(1.623.777)	3.124	(1.620.653)
Resultado do período					(69.589)						(69.589)	(967)	(70.556)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					1.040						1.040		1.040
Resultado abrangente total											(68.549)	(967)	(69.516)
Aumento de capital - 373ª RCA de 30/03/2023	1.336					(1.336)					-		-
Realização da reserva reavaliação					324			(324)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					186				(186)		-		-
Saldos finais em 31 de Março de 2023	496.797	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.505.356)	262.167	16.914	22.802	42.019	803.415	(1.692.326)	2.157	(1.690.169)
Resultado do período					544.417						544.417	3.564	547.981
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					3.121						3.121		3.121
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	(720)	(720)
Ajuste de Av. Patrimonial										6.736	6.736		6.736
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas						20.252				-	20.252		20.252
Conversão de debêntures perpétuas									(11.848)	(11.848)			(11.848)
Outros resultados abrangentes											15.140	(720)	14.420
Resultado abrangente total											562.678	2.844	565.522
Aumento de capital - 377ª RCA de 25/07/2023	29.664					(29.664)					-		-
Aumento de capital - 379ª RCA de 29/09/2023	509					(509)					-		-
Aumento de capital - 381ª RCA de 17/11/2023	15.655					(15.655)					-		-
Realização da reserva reavaliação					(6.177)			6.177			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					19.998				(19.998)		-		-
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2024	542.625	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.943.997)	236.591	16.914	28.979	22.021	798.303	(1.129.648)	5.001	(1.124.647)
Resultado do período					(57.005)						(57.005)	(1.762)	(58.767)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					1.040						1.040		1.040
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(340)	(340)	(46)	(386)
Outros resultados abrangentes											(340)	(46)	(386)
Resultado abrangente total											(56.305)	(1.808)	(58.113)
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1					(1)					-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)		-		-
Saldos finais em 31 de Março de 2024	542.626	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.999.796)	236.590	16.914	28.979	21.855	797.963	(1.185.953)	3.193	(1.182.760)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do resultado abrangente

Período findo em 31 de Março de 2024

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Acumulado do Atual Período 01/01/2024 à 31/03/2024	Trimestre do Período Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado Atual Período 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
Resultado líquido do período	(57.005)	(69.589)	(57.005)	(69.589)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(1.762)	(967)
Ajuste patrimonial reflexo de investida	1.040	1.040	1.040	1.040
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	(340)	-	(386)	-
Resultado abrangente do período	(56.305)	(68.549)	(58.113)	(69.516)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Período findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Atividades operacionais				
Resultado do período antes do IR e CS	(61.203)	(69.589)	(62.918)	(69.589)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	740	742	3.362	1.700
Resultado de equivalência patrimonial	32.523	29.240	2.578	2.418
Ajuste de atualização de debêntures	7.805	-	7.805	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.762	967
Variações monetárias e cambiais	7.571	7.569	10.628	9.409
Resultado do período ajustado	(12.564)	(32.038)	(36.783)	(55.095)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	511	(269)	1.398
Estoques	-	(42)	315	(1.889)
Impostos a recuperar	(4.022)	(81)	5.051	(786)
Despesas antecipadas	-	-	28	-
Outros créditos	(5)	2	(242)	(1.478)
	(4.027)	390	4.883	(2.755)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	478	(311)	1.771	(230)
Salários e encargos sociais	562	402	2.692	1.890
Impostos e contribuições a recolher	7.721	12.623	11.838	24.741
Adiantamentos de clientes	(15)	-	1.382	713
Títulos a pagar	4.011	5.540	4.011	5.540
Outras contas a pagar	(3.604)	1.461	4.847	20.061
	9.153	19.715	26.541	52.715
Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de investimentos	(7.438)	(11.933)	(5.359)	(5.135)
Atividades de investimentos				
Operações de mútuos com empresas ligadas	(239.865)	(1.782)	(27.973)	(137)
Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos	(239.865)	(1.782)	(27.973)	(137)
Atividades de financiamentos				
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	(169)	-	(9.369)
Operações de mútuos com empresas ligadas	246.267	13.885	31.921	13.178
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	246.267	13.716	31.921	3.809
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.036)	1	(1.411)	(1.463)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.092	23	2.041	1.919
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	56	24	630	456
Total do aumeno (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.036)	1	(1.411)	(1.463)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Período findo em 31 de Março de 2024

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receitas	614	202	(6.641)	5.102
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	2.324	1.448
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3)	-	1	57
Outras Receitas / Despesas	617	202	(8.966)	3.597
Insumos adquiridos de terceiros	(1.720)	(3.761)	(6.927)	(6.914)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(2.059)	(1.550)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.720)	(3.761)	(4.868)	(5.364)
Valor adicionado bruto	(1.106)	(3.559)	(13.568)	(1.812)
Depreciação e Amortização	(740)	130	(1.881)	(387)
Valor adicionado líquido	(1.846)	(3.429)	(15.449)	(2.199)
Valor adicionado recebido em transferência	(32.422)	(28.744)	(2.269)	(1.649)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(32.523)	(29.240)	(2.578)	(2.418)
Receitas Financeiras	101	496	309	769
Valor adicionado total a distribuir	(34.268)	(32.173)	(17.718)	(3.848)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	679	828	2.434	2.913
Salários e encargos	448	462	1.489	1.765
Benefícios	200	332	835	1.032
FGTS	31	34	110	116
Impostos, taxas e contribuições	(4.198)	(63)	(3.041)	1.748
Federais	(4.198)	(63)	(3.215)	1.722
Estaduais	-	-	158	23
Municipais	-	-	16	3
Remuneração de capitais de terceiros	26.256	36.651	41.656	62.047
Juros	26.029	36.469	41.388	61.846
Alugueis	227	182	268	201
Remuneração de capitais próprios	(57.005)	(69.589)	(58.767)	(70.556)
Resultado do Período	(57.005)	(69.589)	(57.005)	(69.589)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(1.762)	(967)
Valor adicionado total distribuído	(34.268)	(32.173)	(17.718)	(3.848)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto operacional

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

Nota 1.1 Processo global da reestruturação e recuperação judicial

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

A Companhia, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial,

Em 03 de maio de 2023, a Inepar recebeu nova proposta para alienação das UP's, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova de proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos.

Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 Depositado Judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	-	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

Nota 2- Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2024.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3–Resumo das principais práticas contábeis adotadas

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

Empresas	31/03/2024	31/12/2023
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	99,90	99,90

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Compensações entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado: A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17- Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Participações nos Lucros e Resultados: Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não foram identificadas normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, que ainda não estão em vigor.

A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade
Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria: Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo				Custo	
	por meio do resultado	Custo amortizado	Total		amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	1.067	-	1.067	Fornecedores	30.663	30.663
Aplicações financeiras	25	-	25	Empréstimos e financ.	250.382	250.382
Contas a receber	-	62	62	Debêntures	15.996	15.996
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	116.488	116.488
Outros créditos		372	372	Outras contas a pagar	58.799	58.799
Total circulante	1.092	443	1.535	Total circulante	472.328	472.328
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber (b)	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	219.954	219.954
Títulos a receber (d)	-	-	-	Debêntures	255.192	255.192
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	475.146	475.146
TOTAL GERAL	1.092	44.975	46.067	TOTAL GERAL	947.474	947.474

Ativos financeiros 31/03/2024 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros 31/03/2024 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo				Custo	
	por meio do resultado	Custo amortizado	Total		amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	56	-	56	Fornecedores	31.141	31.141
Contas a receber	-	62	62	Empréstimos e financ.	261.053	261.053
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	16.421	16.421
Outros créditos	-	377	377	Títulos a pagar	120.499	120.499
Total circulante	56	448	504	Total circulante	484.309	484.309
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber (b)	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	216.854	216.854
			-	Debêntures	262.572	262.572
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	479.426	479.426
TOTAL GERAL	56	44.980	45.036	TOTAL GERAL	963.735	963.735

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	1.874	-	1.874	Fornecedores	65.079	65.079
Aplicações financeiras	167	-	167	Empréstimos e financiam.	384.950	384.950
Contas a receber	-	666	666	Debêntures	15.996	15.996
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	116.488	116.488
Outros créditos	-	1.559	1.559	Outras contas a pagar	168.783	168.783
Total circulante	2.041	2.234	4.275	Total circulante	751.296	751.296
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	219.954	219.954
Títulos a receber	-	-	-	Debêntures	255.192	255.192
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Outras contas a pagar	1.362	1.362
Outros créditos	-	6.579	6.579	Total não circulante	476.508	476.508
Total não circulante	-	141.266	141.266	TOTAL GERAL	1.227.804	1.227.804
TOTAL GERAL	2.041	143.500	145.541			

Ativos financeiros em 31/03/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/03/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	428	-	428	Fornecedores	66.850	66.850
Aplicações financeiras	202	-	202	Empréstimos e financiam.	398.678	398.678
Contas a receber	-	935	935	Debêntures	16.421	16.421
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	120.499	120.499
Outros créditos	-	1.730	1.730	Outras contas a pagar	175.374	175.374
Total circulante	630	2.674	3.304	Total circulante	777.822	777.822
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	216.854	216.854
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	262.572	262.572
Outros créditos	-	6.579	6.579	Títulos a pagar	14.960	14.960
Total não circulante	-	141.266	141.266	Outras contas a pagar	1.382	1.382
TOTAL GERAL	630	143.940	144.570	Total não circulante	495.768	495.768
				TOTAL GERAL	1.273.590	1.273.590

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	-	1.067	428	1.874
Aplicação financeira	56	25	202	167
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	56	1.092	630	2.041

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

Nota 6 - Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Cientes interno (a)	55.668	55.668	212.325	145.738
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(11.074)	(11.074)	(77.391)	(11.073)
	44.594	44.594	134.934	134.665
Circulante	62	62	935	666
Não circulante	44.532	44.532	133.999	133.999

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno estão inclusos os valores de R\$ 51.925 e R\$ 145.769, na controladora e no consolidado, respectivamente, que correspondem aos *claims* discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021 e em março de 2022, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre estes montantes, foram reconhecidos nos resultados em 2021/2022 os montantes de R\$ 97.053, líquido dos provisionamentos dos impostos.

O estágio atual dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

Nota 7 - Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Titulos diversos	9	9	697	697
	9	9	697	697
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 8 – Estoques

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Produtos em elaboração	3.523	4.061
Insumos e materiais	4.128	4.037
Adiantamentos a fornecedores	2.459	2.327
	10.110	10.425

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Nota 9 – Despesas antecipadas

Refere-se aos pagamentos de despesas que ainda não foram realizadas, como seguros e comissões sobre vendas a apropriar.

Nota 10 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar (a)	14	14	54.727	54.691
ICMS a recuperar	-	-	477	3.512
IPI a recuperar	756	756	1.000	793
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	125	591	302
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	32.344	29.280	66.246	61.464
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	11.601	10.519	23.718	22.079
Demais créditos (c)	3.781	3.780	11.630	20.600
	48.496	44.474	158.390	163.441
Circulante	4.375	4.499	68.249	77.272
Não circulante	44.121	39.975	90.141	86.169

- a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.
- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

Nota 11 - Outros créditos

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Adiantamento a Empregados	362	362	931	878
Outros (b)	15	10	7.378	7.260
Total	377	372	8.309	8.138
Circulante	377	372	1.730	1.559
Não circulante	-	-	6.579	6.579

a) No saldo de R\$ 6.579 no consolidado em 31/03/2024 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

Nota 12 - Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Participação em controladas/coligadas (a)	563.623	566.345	189.615	191.535
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
Ágio sobre investimentos - Reclassificação do Intangível (c)	391.513	-	-	-
	955.136	566.345	233.668	235.588

a) Participações em Controladas e Coligadas

Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado da	
							Equivalência	Equivalência
							31/12/2023	31/12/2022
Em 31 de dezembro de 2023								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	373.110	1.069.660	135.926	(696.550)	100,00%	-	135.926	(164.797)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	712.907	408.974	(20.169)	303.933	47,07%	143.062	(9.494)	(9.382)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.414	12.008	609	171.406	100,00%	171.406	609	(1.098)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	295.271	43.876	123.440	251.395	100,00%	251.395	123.440	(9.133)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.158	(15)	(9.448)	100,00%	-	(15)	(750)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	27	-	(17)	99,99%	-	-	(5)
Enisa Inovação e Infraestrutura	20.404	3.197	(673)	17.207	0,01%	2	-	2
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	-	-
						566.345	250.466	(185.163)
Em 31 de março de 2024								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	392.969	1.115.315	(28.759)	(722.346)	100,00%	-	(28.759)	(27.668)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	706.117	406.131	(6.157)	299.986	47,07%	141.203	(2.899)	(2.224)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.605	12.036	163	171.569	100,00%	171.568	163	209
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	299.164	48.793	(1.026)	250.371	100,00%	250.370	(1.026)	445
Innovida Participações S.A.	18.710	28.160	(2)	(9.450)	100,00%	-	(2)	(1)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	28	-	(18)	99,99%	-	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura	21.315	4.398	(289)	16.917	0,01%	2	-	(1)
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	18,00%	480	-	-
						563.623	(32.523)	(29.240)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio		Valor do Investimento	Resultado Equivalência
				Líquido	% de Participação		
Em 31 de dezembro de 2023							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.241	16,66%	-	-
QUIP S.A.	92.181	157.089	(16.554)	64.908	13,25%	-	(2.169)
QGI INC	103.184	85.393	(6.776)	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	156.009	4.329	(596)	151.653	19,53%	29.618	116
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	5.157	(131)	(993)	35,00%	-	(46)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	712.907	408.974	(20.169)	303.933	47,07%	143.061	(9.494)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	183.414	12.008	609	171.406	100,00%	-	-
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A	295.271	43.876	123.440	251.395	100,00%	-	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.158	(15)	(9.448)	100,00%	14.257	(15)
ENNISA ENERGIA E INFRAESTRUTURA	10	27	-	(17)	99,00%	-	-
ENNISA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	20.404	3.197	(673)	17.207	0,01%	-	-
						235.588	(11.608)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio		Valor do Investimento	Resultado Equivalência
				Líquido	% de Participação		
Em 31 de março de 2024							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.241	16,66%	-	-
QUIP S.A.	90.725	8.604	513	82.121	13,25%	-	68
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	156.081	4.748	1.270	151.333	19,53%	29.554	248
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	2.256	14	(1.126)	35,00%	-	5
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	706.117	406.131	(6.157)	299.986	47,07%	141.203	(2.899)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	183.605	12.036	163	171.569	100,00%	-	-
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A	299.164	48.793	(1.026)	250.371	100,00%	-	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.160	(2)	(9.450)	100,00%	14.257	-
ENNISA ENERGIA E INFRAESTRUTURA	10	28	-	(18)	99,99%	-	-
ENNISA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	21.315	4.398	(289)	16.917	0,01%	2	-
						233.668	(2.578)

	Quantidade de ações possuídas		Participação	Participação
	(em milhares)			
	O. N.	P. N.	em %	no capital votante em %
Controladas/Coligadas				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) **IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A:** A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrações financeiras, são integralmente consideradas na controladora, haja visto que, indiretamente a mesma possui 100% de participação no capital da investida. -

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) FIDC Tarânis: em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

- b) **Propriedade para Investimentos:** Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 13 – Imobilizado

Controladora	Taxas anuais de depreciação						Total
	Terrenos 0%	Edificações e Benfeitorias 25%	Máquinas e Equipamentos 10% a 40%	Móveis e Utensílios 10%	Instalações e Ferramentas 2% a 10%	Outros 10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2023							
Custo	10.188	155.668	2.955	1	39.337	1.760	209.909
Depreciação Acumulada	-	(96.977)	(1.451)	-	(39.277)	-	(137.705)
Valor contábil líquido	10.188	58.691	1.504	1	60	1.760	72.204
Depreciação	-	(738)	(2)	-	-	-	(740)
Transferências	-	1.820	-	-	(60)	(1.760)	-
Saldo Final	10.188	59.773	1.502	1	(1)	-	71.464
Em 31 de Março de 2024							
Custo	10.188	157.488	2.955	-	39.277	-	209.909
Depreciação Acumulada	-	(97.715)	(1.451)	1	(39.277)	-	(138.445)
Valor contábil líquido	10.188	59.773	1.504	1	-	-	71.464

Consolidado	Taxas anuais de depreciação							Total
	Terrenos 0%	Edificações e Benfeitorias 4% a 25%	Máquinas e Equipamentos 10% a 40%	Móveis e Utensílios 10%	Instalações e Ferramentas 2% a 10%	Equipamentos de Informática 1% a 10%	Outras Imobilizações 10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2023								
Custo	17.400	184.504	69.500	4.460	38.276	8.656	3.262	326.058
Depreciação Acumulada	(2.812)	(102.021)	(41.056)	(4.430)	(36.882)	(8.579)	(1.050)	(196.830)
Valor contábil líquido	14.588	82.483	28.444	30	1.394	77	2.212	129.228
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(1.716)	(32)	(1)	-	(1)	-	(1.750)
Depreciação	-	(827)	(766)	(2)	(17)	(8)	-	(1.620)
Baixas da Depreciação	-	-	29	-	-	-	-	29
Transferências	-	1.822	-	-	(59)	(2)	(1.761)	-
Saldo Final	14.588	81.762	27.675	27	1.318	66	451	125.887
Em 31 de Março de 2024								
Custo	14.588	184.610	69.468	4.459	38.217	8.654	1.500	321.496
Depreciação Acumulada	-	(102.848)	(41.793)	(4.432)	(36.899)	(8.587)	(1.050)	(195.609)
Valor contábil líquido	14.588	81.762	27.675	27	1.318	67	450	125.887

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei .638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

A redução do saldo do imobilizado ocorreu pela baixa do imóvel de Charqueadas e seus equipamentos, cedido em dação de pagamento ao Banco Badesul, dívida contraída quando da construção das instalações para atendimento ao projeto da Petrobras, conforme contrato assinado entre a Ilesa e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, que foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V..

Nota 14 – Intangível

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2023			
Custo	254	391.513	391.767
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	3	391.513	391.516
Em 31 de Março de 2024			
Custo	254	-	254
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	3	-	3

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO	Consolidado			Total
	Programas de Computador	Software Transf. Inepar Ener.	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2023				
Custo	35.000	7	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.943)	(4)	-	(34.947)
Valor contábil líquido	57	3	391.513	391.573
Amortização	(21)	-	-	(21)
Saldo Final	(686)	-	-	(686)
Em 31 de Março de 2024				
Custo	35.000	7	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.964)	(4)	-	(34.968)
Valor contábil líquido	36	3	391.513	391.552

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perpez o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$ 1.331.871, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

Nota 15 – Instituições financeiras

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Modalidade				
Ativo Permanente	260.375	249.704	260.375	249.704
Capital de Giro	678	678	138.303	135.246
Total Circulante	261.053	250.382	398.678	384.950
Não Circulante				
Modalidade				
Ativo Permanente	180.930	184.978	180.930	184.978
Capital de Giro	35.924	34.976	35.924	34.976
Total Não Circulante	216.854	219.954	216.854	219.954
Total de Empréstimos e Financiamentos	477.907	470.336	615.532	604.904
Por Data de Vencimento / Em negociação				
Vencidos	261.053	250.382	398.678	384.950
Em até 12 meses	19.020	18.735	19.020	18.735
De 1 a 2 anos	27.472	26.957	27.472	26.957
De 2 a 3 anos	27.472	26.957	27.472	26.957
De 3 a 4 anos	27.472	26.957	27.472	26.957
De 4 a 5 anos	27.472	26.957	27.472	26.957
Acima de 5 anos	87.946	93.391	87.946	93.391
Total de Empréstimos e Financiamentos	477.907	470.336	615.532	604.904
Por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	477.907	470.336	615.532	604.904
Total de Empréstimos e Financiamentos	477.907	470.336	615.532	604.904

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis Magé e Macaé.

Nota 16 - Debêntures (controladora)

Emissão	Empresa	Controladora		
		31/12/2023	Adições/Baixas	31/03/2024
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.515	1	2.516
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	5.422	191	5.613
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	263.251	7.613	270.864
		271.188	7.805	278.993
Circulante		15.996		16.421
Não circulante		255.192		262.572

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 17- Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	179.625	176.850	326.191	320.523
ICMS a recolher	44.040	43.743	59.297	58.715
Inss a recolher	44	43	44	43
Pis/Cofins Diferidos	4.938	4.938	22.780	22.780
ISS a recolher/Parcelamentos	9.439	9.363	34.614	33.969
Pis/Cofins a recolher	858	799	4.856	4.567
Impostos e Contribuições retidos na fonte	1.589	1.528	3.169	3.025
Parcelamento Simplificado RFB	3.166	2.884	3.372	3.073
Parcelamento Trans.Excepcional	795	789	1.461	1.456
Parcelamento Edital PGDAU	-	-	1.612	1.608
Outros	1.544	1.526	5.584	5.353
	246.038	242.463	462.980	455.112
Circulante	66.414	65.614	135.141	132.909
Não circulante	179.624	176.849	327.839	322.203

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débito” devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”, no exercício de 2021.

Foi diferida nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e pelas suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS Diferido no resultado do exercício.

Os vencimentos dos débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2025.

Esta compensação ocorreu em dezembro de 2023, e os valores da utilização dos créditos fiscais estão considerados nas demonstrações financeiras deste balanço.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, estes pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atrasos, permitindo assim que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

Nota 18 - Provisão de custos e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2023	31/03/2023	31/12/2023
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
	2.303	2.303	2.303	2.303
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Nota 19 - Adiantamentos de clientes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	30	-	36.011	33.143
Adições/Baixas	(15)	30	1.382	2.868
Saldo Final	15	30	37.393	36.011

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

Nota 20 - Tributos diferidos

20.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2023	39.799	39.799	11.342	19.691	296	31.329
Constituição dos Tributos	4.146	4.146	-	-	33	33
Baixa dos Tributos	-	-	-	(85)	-	(85)
Em 31 de março de 2024	43.945	43.945	11.342	19.606	329	31.277

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado						
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				Total
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2023	85.992	85.992	11.342	43.549	12.542	11.648	79.081
Constituição dos Tributos	4.146	4.146	-	-	-	33	33
Baixa dos Tributos	(174)	(174)	-	-	(109)	(105)	(214)
Em 31 de março de 2024	89.964	89.964	11.342	43.549	12.433	11.576	78.900

20.2. Despesas com tributos sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(61.203)	(69.652)	(62.918)	(71.271)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	36.720	(9.879)	36.352	(107)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(32.522)	9.942	(32.201)	822
IRPJ / CSLL no Resultado	4.198	63	4.151	715
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	4.198	63	4.151	715
Alíquota Efetiva	6,86%	0,09%	-6,60%	-1,00%

Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado e R\$ 360,2 milhões na controladora.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 21 - Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/03/2024 nas demonstrações financeiras da Controladora:

Ativo Não Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Empresas				
Delft Administração e Participações S.A.	-	-	7.353	7.250
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	6	6	22	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	48	48	3.247	2.179
IESA - Óleo & Gás S.A.	-	-	746	746
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	211.354	215.384	-	2
IESA Transportes S.A.	4.523	4.522	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	3.541	3.451
QUIP S.A.	-	-	520	520
Veipar Veic.Import.	1.000	938	1.000	938
RJA G.Empresarial	7.637	7.159	7.637	7.159
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	3.900	3.900
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891	-	-
	239.865	243.354	27.973	26.173
Passivo Não Circulante				
Empresas				
Cia Brasileira de Diques S.A.	9.943	9.321	38.214	35.826
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	22	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	9	9	3.247	2.179
IESA Óleo & Gás S/A	31.102	31.102	746	746
Inepar Administração e Participações S.A.	82.661	80.369	82.660	80.369
Inepar DTVM	-	-	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	252.838	252.838	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.832	5.832
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.491	155.492	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.350	28.350
Demais Empresas	11	11	56	56
	532.055	529.142	159.138	153.390
Liquido entre Ativo e Passivo	292.190	285.788	131.165	127.217

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo 31/12/2023	Adições/ Baixas/ Var.	Saldo 31/03/2024	Saldo 31/12/2023	Adições/ Baixas/ Var.	Saldo 31/03/2024
Empresas						
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	7.250	103	7.353
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	6	-	6	22	-	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	48	-	48	2.179	1.068	3.247
IESA - Óleo & Gás S.A	-	-	-	746	-	746
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	215.384	(4.030)	211.354	2	(2)	-
IESA Transportes S.A.	4.522	1	4.523	-	-	-
Inepar Adm. e Participações S.A. - Conversão Quirog	-	-	-	3.451	91	3.542
QUIP S.A	-	-	-	520	-	520
Veipar Veic.Import.	938	62	1.000	938	62	1.000
RJA G.Empresarial	7.159	478	7.637	7.159	478	7.637
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891	-	-	-
	243.354	(3.489)	239.865	26.173	1.800	27.973
PASSIVO						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	9.321	622	9.943	35.826	2.388	38.214
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	-	22	-	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	9	-	9	2.179	1.068	3.247
Enisa Óleo & Gás S/A	31.102	-	31.102	746	-	746
Inepar Administração e Participações S/A	80.369	2.292	82.661	80.369	2.292	82.661
Inepar DTVM	-	-	-	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	252.838	-	252.838	-	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	5.832	-	5.832
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	(1)	155.491	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.350	-	28.350
Demais Empresas	11	-	11	56	-	56
	529.142	2.913	532.055	153.390	5.748	159.138
Líquido entre Ativo e Passivo	285.788		292.190	127.217		131.165

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 22 - Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	73.745	60.016	180.637	163.205
Adições/Baixas	(1)	13.729	-	17.432
Saldo Final	73.744	73.745	180.637	180.637

	31/03/2024		31/12/2023		31/03/2024		31/12/2023	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	905	19.258	3.993	21.947	113.965	72.949	133.450	73.823
Tributárias	181.898	35.065	464.744	14.434	276.432	52.674	553.819	32.142
Cíveis	414.352	19.421	150.693	23.634	563.624	54.931	267.862	56.689
Outras	-	-	-	-	-	83	-	551
	597.155	73.744	619.430	60.016	954.022	180.637	955.131	163.205

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 113.965 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Nota 23 - Provisão para passivo a descoberto

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 735.248 (R\$ 706.146 em 31/12/2023) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A, sendo que no consolidado apresenta o valor de R\$ 12.159 (R\$ 12.157 em 31/12/2023), referentes as empresas que não consolidam na controlada lesa Óleo & Gás S/A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 24 - Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Delft Administração e Participações S.A	-	-	5.702	5.753
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar (a)	5.630	7.519	11.530	12.276
Outras contas a pagar (a)	23.660	25.375	133.618	126.211
Acordos a pagar (b)	22.905	22.905	22.906	22.905
	55.195	58.799	176.756	170.145
Circulante	55.195	58.799	175.374	168.783
Não circulante	-	-	1.382	1.362

a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.

b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

Nota 25 - Patrimônio líquido

a) **Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$ 542.626 formado por 31.685.622 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe,

b) **Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 180.292 e está assim composta:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 3.165, e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva de Reavaliação- (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 236.591 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8.ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 115.045 O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 6.471. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização,

- Para as debêntures perpétuas das 7ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 7.167, que serão utilizadas para as próximas conversões.

Conversões realizadas das debentures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 4.888 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 – Valor de R\$ 12.640 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 – Valor de R\$ 6.778 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 373 de 30/03/2023 – Valor de R\$ 1.336 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 377 de 25/07/2023 – Valor de R\$ 29.663 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 379 de 29/09/2023 – Valor de R\$ 508 referente a conversão das debêntures perpétuas da 8ª, 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 381 de 17/11/2023 – Valor de R\$ 15.655 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 383 de 26/02/2024 – Valor de R\$ 1.307 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 819.818, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 782.105, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 26 - Resultado por ação

O resultado básico e diluído por lote de mil ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	31/03/2024	31/03/2023
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(17.373)	(25.825)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(39.632)	(44.731)
	(57.005)	(70.556)
Denominador (em unidades de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	63.136.160
Quantidade de ações ordinárias emitidas	31.685.549	120.295.218
Total	44.312.781	183.431.378
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(1.375,85)	(409,03)
Ação ordinária	(1.250,77)	(371,85)

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Nota 27- Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	2.325	1.449
(-) Impostos sobre as Vendas	(445)	(165)
Receita de Vendas	1.880	1.284

Nota 28 - Despesas e receitas financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(7.574)	(14.855)	(12.548)	(29.670)
Juros / despesas bancárias	(17.318)	(21.614)	(27.525)	(32.133)
Outras despesas financeiras	(1.137)	-	(1.315)	(22)
Variações cambiais	-	-	-	(21)
Total	(26.029)	(36.469)	(41.388)	(61.846)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	-	-	11	8
Receitas atualização debêntures	-	495	-	495
Outras receitas financeiras	-	-	197	265
Variações cambiais	101	-	101	-
Total	101	495	309	768
Total Líquido	(25.928)	(35.974)	(41.079)	(61.078)

Nota 29 - Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Outras despesas Operacionais				
IOF	(13)	-	(85)	(38)
Outras despesas tributárias	(37)	17	(9.021)	(38)
Outras despesas Operacionais	(1.429)	(702)	(3.422)	(927)
Ociosidade (b)	-	-	(469)	(782)
Total das despesas operacionais	(1.479)	(685)	(12.997)	(1.785)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas	1.889	194	1.889	754
Recuperação Despesas	-	8	876	2.407
Receitas de aluguel	391	(185)	646	406
Outras receitas	8	-	14	1
Total das receitas operacionais	2.288	17	3.425	3.568
	809	(668)	(9.572)	1.783

- a) Refere-se aos valores a receber de processos judiciais correspondentes aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.
- b) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos contratados.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 30 – Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Processos Trabalhistas	2.880	2.880	13.083	13.033
Processos Cíveis	47.181	47.181	61.454	61.433
Processos Tributários	1.233	1.233	1.233	1.233
	51.294	51.294	75.770	75.699

- a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos da arbitragem aos valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.
- b) Neste trimestre, foram resgatados valores de diversos processos, referentes aos depósitos judiciais relacionados a arbitragem do contrato da Petrobras.

Nota 31 – Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Salários a Pagar	740	653	3.378	2.664
Rescisões a Pagar	683	683	70.204	70.190
FGTS a Recolher	4.336	4.251	46.384	45.791
Sesi/ Senai	-	-	14.319	15.017
Provisões férias e 13º salário	756	673	3.290	2.943
IRRF a Recolher	813	757	6.268	5.805
INSS a Recolher	2.054	1.805	11.288	10.050
Outros Impostos a Recolher	133	131	190	169
	9.515	8.953	155.321	152.629

Nota 32 - Cobertura de seguros (não auditada)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 33 - Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Salários	463	481	2.860	3.095
Gastos Previdenciários	129	138	570	801
Total	592	619	3.430	3.896

Nota 34 - Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Remuneração de Conselheiros	68	59	201	186
Remuneração de Diretores	182	211	722	692
Total	250	270	923	878

Nota 35 - Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração / Equipamentos	Total
Receita bruta total	2.325	2.325
Impostos/Deduções	(445)	(445)
Custos dos Produtos e Serviços	(3.928)	(3.928)
Total	(2.048)	(2.048)

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados, bem como referentes aos serviços executados a terceiros pelas controladas lesa Projetos e Enisa.

Nota 36 – Tratativas que irão gerar eventos subsequentes

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.
- b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;
- c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.
- d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.
- e) A Companhia está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.
- g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- h) Continuar na monetização de ativos financeiros, na busca de recursos.

Nota 37 - Eventos subsequentes

Em agosto de 2023, a EUROINVEST propôs um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, em uma conta caução enquanto realiza o “due diligence” sobre os ativos, sendo que até o momento a operação não foi realizada.

Em 04 de abril de 2024, através da ATA de reunião número 386 do Conselho de Administração, foi autorizado aumento de capital no valor de R\$ 61.155,00, com emissão de 3.456 ações ordinárias.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Vago – Diretor Presidente
Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro
Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

André de OMS
Carlos Alberto Del Claro Gloger
Rodolfo Andriani
Irajá Galliano Andrade
José Bonifácio Pinto Junior
Augusto Araújo de OMS
Hugo Fagundes de Lima Queiroz

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Trimestrais (ITR) Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.





Ênfases

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões.

Reconhecimento de Recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Incerteza relevante quando à Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de março de 2024, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de março de 2024 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 58.767 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.012.273 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos contábeis e Transações Mantidos com Partes Relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358 mil, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “29”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado.

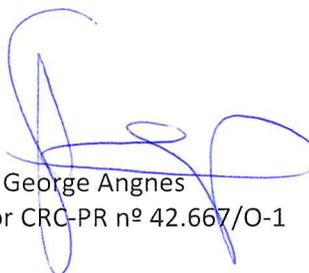
Outros Assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de maio de 2024.



Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1



George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 15 de maio de 2024.

Iraja Galliano Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 15 de maio de 2024.

Iraja Galliano Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores